







## NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ nº 04.379.829/0001-06 - Rua Major França Gomes, nº 56 - Santa Quitéria - Curitiba - PR

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

|  |             |         |           |
|--|-------------|---------|-----------|
| Contribuição social  | (1.700)     | (2.696) | (812)     |
| Total  | (4.482)     | (7.124) | (2.126)   |
| Impostos Diferidos   |             |         |           |
| Imposto de renda (nota 9.d)  | 1.001       | 1.879   | 1.613     |
| Contribuição social (nota 9.d)   | 600         | 1.127   | 953       |
| Total  | 1.601       | 3.006   | 2.566     |
| Total de Imposto de Renda e Contribuição Social                        | (2.881)     | (4.118) | (440)     |
| b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado: |             |         |           |
|  | 2º Semestre | 2013    | Exercício |
| Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social              | 8.521       | 13.957  | 7.175     |
| Despesa de IR/CS a alíquota teórica (40%)                              | (3.408)     | (5.583) | (2.870)   |
| Adição (exclusão) permanente:  |             |         |           |
| Juros sobre capital próprio  | 520         | 520     | 400       |
| Outros   | -           | (35)    | 36        |
| Imposto de Renda e CSLL ajustados pela diferenças permanentes          | (2.881)     | (5.098) | (2.434)   |
| Reversão (provisão) para realização de crédito tributário              |             |         | 1.382     |
| Compensação de prejuízo fiscal não ativado em anos anteriores          |             |         | 569       |
| Constituição de crédito tributário de anos anteriores                  |             |         | 408       |
| Outros   |             |         | 3         |
| Total de IRPJ e CSLL Corrente  | (2.881)     | (4.118) | (440)     |

a) Risco de crédito  
Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b) Risco operacional  
No exercício de 2013, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração. A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Interno, ligada à Diretoria Administrativo-Financeiros, esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Financeira, tendo por resultado empregar ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, visando atender ao disposto na Resolução nº 3.380 junho de 2006 do Banco Central do Brasil, o processo da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional foi implementado e esta de acordo com a natureza e complexidade dos produtos serviços, atividades, processos e sistemas da instituição.

c) Risco de mercado  
Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e consistentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiância. A Financeira emprega uma política conservadora na administração da sua exposição a risco de mercado. Atendendo ao disposto na Resolução nº 3.454 de junho de 2007 do Banco Central do Brasil, o processo da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado foi implementado e esta de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistema da instituição.

d) Risco de taxas de juros  
O Mercado está sujeito aos efeitos da política econômica do Governo Federal, que sempre intervém frequentemente na política monetária do País, com medidas para estabilizar e controlar a inflação. Uma delas é alterar a taxa de juros. Como os ativos da financeira são atualizados por taxas prefixadas e o passivo indexado por taxas pós-fixadas (CD, IPCA), sujeitas a variação de mercado, a Administração gerencia a exposição das taxas de juros através de análises de fluxos de caixa futuros, assim como monitora os atos futuros do governo com o objetivo de equalizar o descaimento das taxas e os prazos nas operações contratadas e captadas.

26. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE (ACORDO BASELII II)  
As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método de Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada indicador de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2013 atingiu 15,86%.

|  |        |        |
|--|--------|--------|
| Patrimônio de referência               | 2013   | 2012   |
| Popr                                   | 32.853 | 24.571 |
| Pepr                                   | 1.080  | 737    |
| Pjur1                                  | 21.531 | 20.791 |
| Rban                                   | 198    | 313    |
| Total de parcelas                      | 22.809 | 22.025 |
| Suficiência (Insuficiência) de Capital | 10.074 | 2.548  |
| Índice de Basileia BACEN               | 15,86  | 12,37  |

27. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA n.º 627/13  
A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Administração da Financeira continua analisando os eventuais impactos decorrentes da referida Medida Provisória, mas não espera efeitos significativos pela sua adoção e pretende optar pela adoção a partir do ano-calendário 2015.

### DIRETORIA

Orlando Otto Kaesemodel Filho – Diretor Presidente  
Sergio Shoji Yamamoto – Diretor Eduardo Alexandre Novakowski – Diretor  
Antonio João Beal – Diretor José Gilberto Beal – Diretor

### CONTADOR

José Gilberto Beal – Diretor CRC (PR) 035187/O - 7

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Administradores e Acionistas da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Curitiba - PR**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.  
**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar o escopo e a natureza dos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Curitiba, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Cosme dos Santos  
Contador  
CRC nº 1 RJ-078.160/O-8 T-PR

R\$ 7560,00 - 25655/2014

## Súmula de Licenciamento Ambiental

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE, juntamente com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, informa aos usuários que entrou em vigor um novo sistema de publicação de súmulas de licenciamento ambiental padronizado, com modelos pré-definidos conforme legislação vigente.

A nova metodologia, além de tornar mais ágil e seguro o encaminhamento de documentos, possibilita a fixação de valor único de R\$ 36,00 (trinta e seis) para todas as publicações dessa natureza.

Acesse : <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>  
OU  
Ligue para Central de Atendimento  
41 3200.5002



# CONTE ATÉ DEZ. A RAIVA PASSA. A VIDA FICA. PAZ. ESSA É A ATITUDE.

Acesse [cnmp.gov.br/conteate10](http://cnmp.gov.br/conteate10).  
Conheça a campanha, o game, as ações educativas e muito mais. Opine, apoie, sugira, participe.

Anderson Silva  
Campeão Mundial  
Peso-Médio do UFC

